

## **UMA AVALIAÇÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ**

Joelma Lourenço da Rocha<sup>1</sup>Marcelo Ladvoctat<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Como política pública para inserção do jovem no mercado de trabalho, o Governo Federal criou a Lei nº 10.097/2000, instituindo o Programa Jovem Aprendiz, com a finalidade de promover a capacitação de jovens regularmente matriculados em instituição de ensino. O objetivo deste artigo é fazer uma análise de trabalhos sobre este Programa. Procurou-se saber a eficácia do Programa em vários contextos, como na contribuição para a escolha de uma profissão, a geração de renda e a socialização dos jovens aprendizes. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica. Foram levantados quinze (15) trabalhos acadêmicos publicados entre 2010 e 2021, pesquisados no Google e Google Acadêmico. Os principais autores consultados foram; Corseuil (2018), Moreira (2017), Cadinanos (2019) e Sobral (2021). O artigo conclui que os trabalhos contribuíram para informar o debate sobre o Programa Jovem Aprendiz, a lei da aprendizagem e a avaliação do jovem sobre o primeiro emprego. Deixamos como sugestão de pesquisa um levantamento sobre a qualificação exigida para o preenchimento das vagas oferecidas pelas empresas participantes do programa, a fim de avaliar a demanda de mão-de-obra mais especializada e melhor remunerada.

**Palavras-chave:** Educação. Jovem Aprendiz. Trabalho. Desenvolvimento Regional.

## **A BIBLIOGRAPHICAL RESEARCH ON THE YOUNG APPRENTICE PROGRAM**

### **ABSTRACT**

As a public policy for the insertion of young people in the labor market, the Federal Government created Law nº 10.097/2000, establishing the Young Apprentice Program, to promote the training of young people regularly enrolled in an educational institution. The purpose of this article is to analyze works on this Program. An attempt was made to find out the effectiveness of the Program in various contexts, such as its contribution to choosing a profession, generating income, and socializing young apprentices. The methodology used was bibliographical research. Fifteen (15) academic papers published between 2010 and 2021 were surveyed and searched on Google and Google Scholar. The main authors consulted were Corseuil (2018), Moreira (2017), Cadinanos (2019) and Sobral (2021). The article concludes that the works contributed to informing the debate about the Young Apprentice Program, the apprenticeship law, and the evaluation of young people about their first job. We left as a research suggestion a survey on the qualification required to fill the vacancies offered by the companies participating in the program, to assess the demand for more specialized and better-paid labor.

**Keywords:** Education. Young apprentice. Work. Regional development.

---

<sup>1</sup> Graduate Programme in Regional Development. Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA), Goiânia, GO, Brazil. E-mail: joelmalourencorochoa@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7734-7684>

<sup>2</sup> Graduate Programme in Regional Development. Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA), Goiânia, GO, Brazil. E-mail: marcelo.ladvoctat@unialfa.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7103-605X>

## **1. INTRODUÇÃO**

Para montar uma base de dados sobre a educação brasileira, foi criado o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), conjunto de avaliações periódicas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep). Esses questionários são aplicados a cada dois anos na rede pública e por amostragem na rede privada, permitindo a avaliação da qualidade da educação do País, bem como a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento das políticas educacionais, por meio da aplicação de testes e questionários. O resultado do Saeb reflete os níveis de aprendizagem alcançados pelos estudantes avaliados e é analisado a partir de informações contextualizadas na situação vivida pela sociedade (INEP, 2023).

Segundo o Ministério da Educação e Cultura (MEC), a avaliação tem por objetivo, na educação básica, avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação praticada no país em seus diversos níveis governamentais, produzir indicadores educacionais para o Brasil, suas regiões e unidades da federação e, quando possível, para os municípios e as instituições escolares, para auxiliar a manutenção da comparabilidade dos dados, permitindo, assim, analisar a evolução das séries históricas; subsidiar a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas públicas baseadas em evidências, com vistas ao desenvolvimento social e econômico do Brasil; e desenvolver competência técnica e científica na área de avaliação educacional, realizando o intercâmbio entre instituições educacionais de ensino e pesquisa (MEC, 2023).

O Comitê de Políticas Educacionais (EDPC) da OCDE é o organismo responsável pela coordenação das atividades da Organização no âmbito educacional. O Comitê fornece dados comparativos e análises sobre políticas educacionais e seus processos de implementação. Com enfoque especial em temas relacionados à educação, economia e sociedade, o EDPC aborda políticas que vão desde educação e cuidados na primeira infância até a formação de competências em jovens e adultos (MEC, 2023).

Outro programa criado na área da educação em 1997 é o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) que avalia os sistemas educacionais básicos de membros da OCDE e não-membros convidados em uma pesquisa, aplicada a cada três anos, sobre habilidades e conhecimentos de estudantes de 15 anos nas áreas de leitura, ciências e matemática (MEC, 2023).

Segundo dados do Inep sobre os resultados do Pisa no ano de 2018, o desempenho médio dos países participantes foi de 487 pontos na área de leitura; o desempenho do Brasil foi de 413 pontos, ficando entre a 55ª e 59ª posição no ranking geral. Já em matemática, a média da OCDE foi de 489 pontos, e a local de 384, ficando entre a 69ª e 72ª posição. Em ciências, a pontuação média foi de 489 pontos, enquanto o desempenho brasileiro foi de 404, ficando entre a 64ª e 67ª posição na avaliação. Nessa avaliação de 2018, o Brasil, na área da leitura, apresentou um desempenho estatisticamente inferior ao desempenho médio do Chile (452) e Uruguai (427) e estatisticamente superior ao da Argentina (402) e Peru (401) (INEP, 2023).

Segundo a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” ((BRASIL, 1996). As diretrizes para a educação brasileira que tratam da preparação do aluno para o mundo do trabalho vão além do fato de conseguir um emprego. Elas contemplam a formação integral, ou seja, o desenvolvimento de várias competências e habilidades de um indivíduo.

Como política pública para inserção do jovem no mercado de trabalho, o Governo Federal criou a Lei nº 10.097/2000 (Brasil, 2000), instituindo o Programa Jovem Aprendiz-PJA, visando promover a capacitação de jovens que estejam frequentando a escola e inscritos no programa de aprendizagem com a finalidade de aumentar as chances de atuação no mundo do trabalho, através do preparo e treinamento necessário para que possam conhecer mais sobre a profissão desejada. Essa iniciativa conta com a parceria de empresas de vários segmentos da sociedade (AGÊNCIA BRASIL, 2022).

Para amparar os direitos do menor aprendiz e tentar reduzir o trabalho infantil no Brasil foi criado o PJA integrado com a Lei do Aprendiz, juntamente com o Decreto Federal nº 5.598/2005 (BRASIL, 2005). O programa é uma resposta às necessidades dos jovens e das famílias para colocar o jovem e o adolescente no mercado de trabalho, conciliando a formação teórica com a profissional.

O PJA oferece aos jovens de 14 a 24 anos uma oportunidade de aprendizagem profissional e, em muitos casos, é uma das vias de entrada para o mercado formal de trabalho. Ele é uma política pública de estímulo à contratação de aprendizes, busca qualificar a mão de obra de que o setor produtivo precisa e ajuda também no desenvolvimento regional, já que

muitas empresas contratam o menor aprendiz (AGÊNCIA BRASIL, 2022). Ainda segundo informação da Agência Brasil, depois que a Lei do Aprendiz entrou em vigor, no ano de 2000, o número de jovens aprendizes vinha aumentando ano após ano, até o ano de 2020. No entanto uma consulta mais recente à Relação Anual de Informações Sociais-RAIS em 2022, revelou que os resultados ainda são tímidos.

O PJA foi elaborado há mais de 20 anos e existem ainda muitos pontos a serem avaliados na aplicabilidade do mesmo. Várias empresas participam do programa, mas ele é pouco divulgado nas instituições de ensino. A baixa divulgação e a pouca reflexão sobre sua funcionalidade são pontos negativos para as empresas e para os jovens, afetando a empregabilidade do menor aprendiz.

A educação é fundamental no preparo do sujeito para o mundo do trabalho. É importante destacar que o conceito de trabalho e sua importância para a sociedade tem sofrido várias mudanças ao longo do tempo. Em algumas sociedades o trabalho está relacionado com o sofrimento humano, já em outras traz o sentido de poder transformar suas condições econômicas, como fator de inclusão social. Dentro da economia capitalista (economia que visa o lucro e a acumulação de riqueza) ele desempenha uma função fundamental na vida social e econômica de todos, garantindo a sobrevivência das pessoas. O conceito e a visão sobre o trabalho no processo produtivo e econômico do sistema capitalista têm como característica o emprego assalariado (ÁVILA, 2022).

Trabalho infantil é compreendido como toda forma de trabalho que seja realizado por crianças e adolescentes e não é permitido pela legislação do país. Historicamente, o emprego da força de trabalho de crianças, adolescentes e jovens de forma exploratória fez parte do desenvolvimento das relações trabalhistas ao longo dos tempos na sociedade. Formas degradantes de trabalho existiram e ainda são encontrados em várias partes do país e do mundo. Eles provocam problemas sociais preocupantes como o abandono dos estudos, principalmente entre os jovens que não completaram o ensino médio. As observações das relações desonrosas entre empregador e trabalhador na contratação do menor em vários setores da economia motivou a necessidade de estabelecer regras, criando leis que garantam e preservem os direitos do menor no contrato de trabalho. Combater a exploração do trabalho do menor e o estabelecimento de um contrato de trabalho justo é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa (SOUSA; FROZZI; BARDAGI, 2013).

A Lei nº 8.069/2005 (Brasil, 2005), cria o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências. Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa de até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Nessa lei são encontrados os direitos e as garantias do menor, contribuindo para a proteção do desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes, direitos defendidos na Constituição de 1988. Sua regulamentação teve como princípio básico a proteção integral aos menores, observando que eles estão em processo de desenvolvimento e formação para a vida em sociedade. Em relação ao trabalho de adolescentes, esta lei define seus limites dentro dos artigos 60 e Art. 69, no Capítulo V do estatuto, que dispõe sobre o direito à profissionalização e à proteção do trabalho Estatuto.

Para compreendermos a relação entre educação e desenvolvimento econômico regional, torna-se necessário conhecer os pontos fortes e fracos das atividades econômicas local, sendo esse levantamento necessário para auxiliar no planejamento das políticas públicas o que pode ajudar a melhorar as condições de vida e trabalho na sociedade. Estudo realizado aponta que será sempre necessário conhecer o patrimônio territorial, levar em consideração as potencialidades e fragilidades ali existentes. Estes elementos se unem no resgate de um cenário que proporcione melhores condições de vida e trabalho a todos os envolvidos (JURASZEK; GUMBOWSKY, 2020).

Sobre o desenvolvimento local, Buarque (1999) afirma:

[...] É um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capazes de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais (BUARQUE, 1999, p. 9).

Para ressaltar as afirmações citadas, as observações relevantes são voltadas ao fortalecimento da comunidade regional, no sentido de buscar aproveitar a força de trabalho local e promover o desenvolvimento de forma sustentável economicamente.

Este artigo buscou saber como é avaliado o Programa Jovem Aprendiz em vários aspectos. Como objetivo procurou analisar trabalhos realizados sobre o Programa Jovem Aprendiz. Como metodologia realizou-se um levantamento bibliográfico de algumas produções realizadas no período de 2010 a 2021. Dentro da construção dessa análise, buscamos saber como o programa está sendo avaliado em vários contextos, entre eles a contribuição para a escolha da profissão, a geração de renda e a socialização dos jovens aprendizes. Os trabalhos analisados contribuíram para aumentar o conhecimento sobre o Programa Jovem Aprendiz, a lei da aprendizagem, a avaliação do jovem a respeito da importância do primeiro emprego, entre outros aspectos desta política pública.

## **2. O MERCADO DE TRABALHO PARA JOVENS E ADOLESCENTES NO BRASIL**

Partindo de várias análises sobre o primeiro emprego para os jovens, políticas públicas foram criadas para ajudar na inserção do jovem no trabalho. Pesquisas sobre o tema juventude e trabalho estão sempre realizando levantamento de dados e ações relevantes para contribuir na inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Sobre a violência no Brasil dados importantes devem ser analisados dentro do segmento da juventude:

No Brasil a violência é a principal causa de morte dos jovens. Em 2019, de cada 100 jovens entre 15 e 19 anos que morreram no país por qualquer causa, 39 foram vítimas da violência letal. Entre aqueles que possuíam de 20 a 24, foram 38 vítimas de homicídios a cada 100 óbitos e, entre aqueles de 25 a 29 anos, foram 31. Dos 45.503 homicídios ocorridos no Brasil em 2019, 51,3% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos. São 23.327 jovens que tiveram suas vidas ceifadas prematuramente, em uma média de 64 jovens assassinados por dia no país. (CERQUEIRA, 2021).

Uma oportunidade surgiu através da política pública para inserção do jovem no mercado de trabalho do Governo Federal que criou o PJA, que visa promover a preparação de jovens que estejam frequentando a escola e inscritos no programa com o intuito de aumentar as chances de atuação no mercado de trabalho, através do preparo e treinamento necessário para que possam conhecer mais sobre a profissão escolhida. Essa iniciativa conta com parceria entre empresas de vários setores da sociedade.

Outra forma de emprego para o jovem é o estágio de acordo com o Art. 1º da Lei nº 11.788/2008 (BRASIL, 2008). Segundo o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. Ter um programa de estágio representa a possibilidade de recrutar e capacitar futuros profissionais, possibilitando a descoberta de talentos e assegurando a longevidade dos valores difundidos pela empresa. Além disso, trata-se de uma importante ferramenta para a difusão do conhecimento, já que aproxima o cotidiano profissional à vivência acadêmica (CIEE, 2022).

### **3. O DESEMPREGO ENTRE OS JOVENS E ADOLESCENTES NO BRASIL**

Segundo o IBGE, desemprego se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Assim, para alguém ser considerado desempregado, não basta não possuir um emprego. O desemprego no Brasil é uma preocupação geral para toda a população. Indicadores mostram que a Taxa de Desocupação (TD) ficou em 13,0%, em julho de 2021, já a População Desocupada (PD) em julho de 2021 no país era de 13,4 milhões (IPEA, 2022). De acordo com o Ipea a população de jovens com idade entre 14 e 17 anos apresenta a maior taxa de desocupação e seu recorde foi de 46,3% no 1º trimestre de 2021. Já os jovens com idade entre 18 e 24 anos representavam 11,1% da população total dos desocupados, enquanto os adultos na faixa de 25 a 39 anos representam 34,7%, de 40 a 59 anos representam 44,1% e os idosos com 60 anos ou mais representam 8,9% (IBGE, 2022).

A seguir vamos analisar alguns trabalhos sobre a temática do desemprego. Segundo Corseuil; Franca (2018), a análise da conjuntura do mercado de trabalho nos anos mais recentes tem destacado um forte aumento na taxa de desemprego. Os jovens têm sido apontados como um dos grupos mais afetados por esse aumento no desemprego. Esse fato não chega a ser surpreendente se analisarmos outras experiências de aceleração do desemprego, tanto no Brasil quanto em outros países. Há um certo consenso na literatura sobre uma maior sensibilidade dos jovens ao ciclo econômico. Porém, ainda não há consenso sobre as causas dessa maior sensibilidade.

Para Moreira; Corseuil (2017), saber a importância relativa de contratações e demissões para a flutuação do desemprego em geral, ou nos momentos de recessão da economia de um país, pode ajudar os gestores das políticas que regulam o mercado do trabalho, escolhendo entre priorizar políticas de estímulo à contratação ou de restrição às demissões. Dentro do contexto econômico da geração de emprego deve ser ressaltado que ao identificar as causas do aumento do desemprego, por exemplo, se a causa é pela redução das contratações, aumento das demissões, ou mesmo pela falta do interesse dos inativos em procurar ocupação, esses dados não podem ser banalizados porque são elementos fundamentais para a compreensão do funcionamento do mercado de trabalho. Ter conhecimento das variáveis que são utilizadas para medir o ciclo do desemprego contribui para entender o ciclo da economia nos mais variados aspectos (social, econômico, ambiental e outros). Sendo importante também para a organização e criação de políticas que tenham como metas a diminuição dos efeitos prejudiciais sobre a economia e o mercado de trabalho.

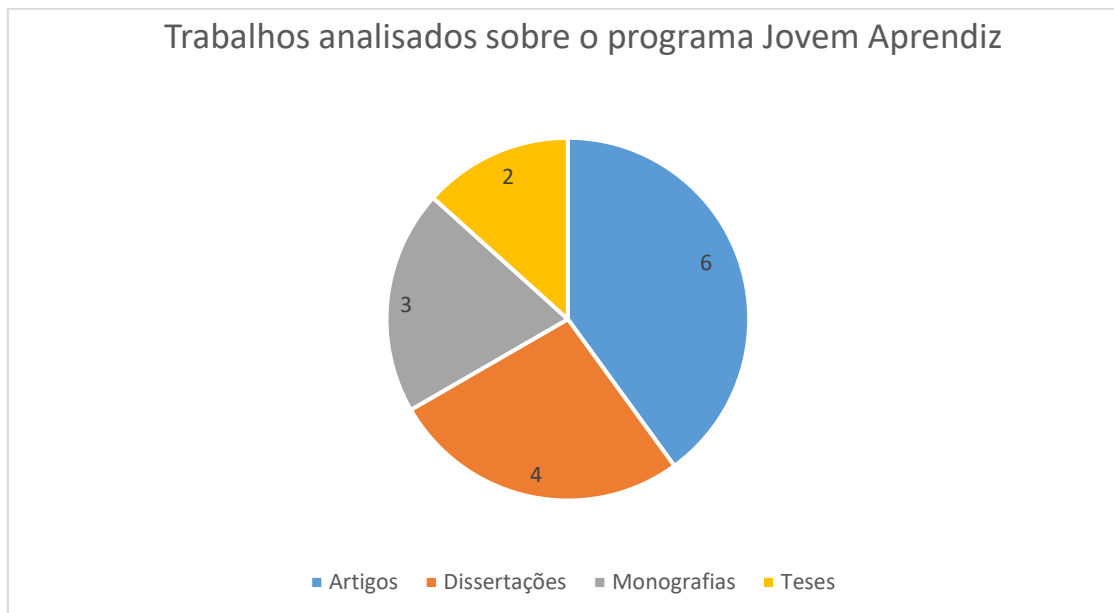
No trabalho do Cadinanos (2019), sobre o desemprego entre os jovens, ele propõe duas hipóteses, primeira que o crescimento econômico influencia inversamente o desemprego juvenil e a segunda hipótese supõe que os gastos em educação e nível educacional influenciam também de maneira inversa o desemprego juvenil. Depois de realizar a suas investigações os resultados demonstram que entre as variáveis pesquisadas o PIB per capita foi a única variável de produto com resultado estatisticamente significativo sobre a diminuição do desemprego de jovens.

Já Sobral (2021), relata que a maior parte da população de desempregados está entre os que tem o Ensino Médio completo, representando 40,4% da população de desocupados do Brasil, o que é muito preocupante para um país em que a população com ensino superior é apenas de 17,4%. Alguns fatores que contribuem para o aumento do índice de desemprego no Brasil nos últimos anos estão relacionados com a falta de postos de trabalhos para indivíduos com pouca qualificação profissional, pesquisas realizadas mostram que a maior parte dos desempregados estão entre a população que tem apenas o ensino médio completo.

No processo metodológico para a análise do Programa Jovem Aprendiz foi realizado o levantamento de quinze (15) trabalhos acadêmicos publicados entre 2010 a 2021 usando a plataforma de pesquisa do Google e do Google Acadêmico, que é uma plataforma de literatura acadêmica.



Gráfico - 1



Como se pode observar no gráfico acima foram 6 artigos, 4 dissertações, 3 monografias e 2 teses. Todos esses trabalhos tiveram como principal objeto de estudo o jovem aprendiz em vários contextos, entre os principais estão a aprendizagem, a orientação profissional, mas há outros temas relevantes como, por exemplo, a geração de renda e a socialização do jovem. As palavras-chave mais citadas foram: jovem aprendiz, adolescente aprendiz, aprendizagem, orientação profissional, trabalho, desemprego, juventudes.

Para selecionar o material por grau de relevância, dentro da perspectiva de cumprir o objetivo do artigo, ressalto que o objetivo principal da pesquisa é a realização do levantamento de trabalhos publicados que avaliam o programa jovem aprendiz. O primeiro passo na construção da pesquisa bibliográfica é a definição e a delimitação do tema dentro do contexto educacional. As palavras-chave utilizadas na pesquisa do material na plataforma do Google foram fundamentais para a seleção dos trabalhos levantados, seguido de uma leitura criteriosa dos resumos dos textos encontrados, verificando os objetivos, a metodologia aplicada e os resultados apresentados.

QUADRO 1. Trabalhos realizados sobre o PJA de 2010 a 2021.
1. Artigo. Avaliação do programa jovem aprendiz a partir de um estudo quase-experimental <a href="https://www.scielo.br/j/tpsy/a/rPjRTBBXYK3Q9jhnNLNYvqx/abstract/?lang=pt">https://www.scielo.br/j/tpsy/a/rPjRTBBXYK3Q9jhnNLNYvqx/abstract/?lang=pt</a>
2. Monografia. Inserção de adolescentes/jovens da escola de circo Dom Fernando da PUC Goiás em programas de aprendizagem e a garantia de direitos de crianças e adolescentes <a href="https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/934">https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/934</a>
3. Artigo. Orientação profissional no programa adolescente aprendiz em uma ONG de Porto Alegre. Revista de Psicologia da IMED, jul. Dez., 2013, v. 5, n. 2, p. 133-136
4. Monografia. O programa jovem aprendiz e o desenvolvimento de jovens brasileiros ( <a href="https://bdm.unb.br/handle/10483/26643">https://bdm.unb.br/handle/10483/26643</a> )
5. Dissertação. Programa jovem aprendiz: uma análise da inserção social no mercado de trabalho, a partir da atuação em uma instituição de ensino superior ( <a href="https://home.unicruz.edu.br/wp-content/uploads/2020/08/Disserta%C3%A7%C3%A3o-final-Val%C3%A9ria-Gomes-Carvalho-Jantsch.pdf">https://home.unicruz.edu.br/wp-content/uploads/2020/08/Disserta%C3%A7%C3%A3o-final-Val%C3%A9ria-Gomes-Carvalho-Jantsch.pdf</a> )
6. Artigo. Formação profissional e futuro: expectativas dos adolescentes aprendizes ( <a href="https://www.scielo.br/j/estpsi/a/DB8hwt4k7dzXCWtyqP3NYvK/?lang=pt">https://www.scielo.br/j/estpsi/a/DB8hwt4k7dzXCWtyqP3NYvK/?lang=pt</a> )
7. Artigo. Percepção de adolescentes aprendizes sobre a experiência do primeiro emprego ( <a href="https://www.scielo.br/j/pcp/a/C6Lv9Qv33m8mnCQbTkPrYFt/abstract/?lang=pt">https://www.scielo.br/j/pcp/a/C6Lv9Qv33m8mnCQbTkPrYFt/abstract/?lang=pt</a> )
8. Artigo. A percepção dos jovens aprendizes sobre o trabalho que exercem ( <a href="https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos17/12425153.pdf">https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos17/12425153.pdf</a> )
9. Dissertação. Jovem-aprendiz: os sentidos do trabalho expressos na primeira experiência profissional ( <a href="https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_66294db1a3f7485500e150ee09e15ae7/Description">https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_66294db1a3f7485500e150ee09e15ae7/Description</a> )
10. Monografia. O impacto do programa de aprendizagem na construção do perfil profissional do jovem aprendiz – estudo de caso CIEE ( <a href="https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/29608/1/2013_tcc_hofreires.pdf">https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/29608/1/2013_tcc_hofreires.pdf</a> )
11. Artigo. Juventudes e trabalho: trajetórias de egressos do programa jovem aprendiz (file:///C:/Users/Acer/Downloads/5470-Texto%20do%20artigo-21828-1-10-20191025.pdf)
12. Tese. Juventude e trabalho: o perfil do jovem aprendiz da rede pró-aprendiz-Go ( <a href="https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/8803/5/Tese%20-%20Leila%20Silva%20de%20Moura%20-%202018.pdf">https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/8803/5/Tese%20-%20Leila%20Silva%20de%20Moura%20-%202018.pdf</a> )

- |   |
|---|
| 13. Tese. Estudante-trabalhador e a socialização profissional: contradições da lei do jovem aprendiz na região da grande Florianópolis/SC<br>( <a href="https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/231151">https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/231151</a> )  |
| 14. Dissertação. Educação não formal e o programa jovem aprendiz: uma análise sobre os seus resultados pelo olhar dos jovens e educadores<br>( <a href="https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/10132">https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/10132</a> )  |
| 15. Dissertação. “Jovens de projetos”: um estudo de caso sobre os jovens do programa jovem aprendiz no município de Vitória/ES<br>( <a href="http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/2260/1/tese_4137_GEOVANA%20CRISTINA.pdf">http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/2260/1/tese_4137_GEOVANA%20CRISTINA.pdf</a> ) |

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os trabalhos pesquisados foram publicados no período de 2010 a 2021, utilizando a metodologia qualitativa descritiva, o método de aplicação de questionário e entrevistas. Reafirmando que o PJA foi avaliado dentro de vários contextos, como o social, econômico, profissional, cultural entre outros. Esse quadro representa o resumo dos objetivos de cada trabalho referenciado e analisado o que é necessário para a próxima etapa de verificação dos resultados.

<b>QUADRO 2.</b> Levantamento dos objetivos dos trabalhos analisados
--

- |  |
|--|
| 1. Avaliar a contribuição do Programa Jovem Aprendiz na vida de adolescentes de 15 a 18 anos, em termos de desenvolvimento profissional, empregabilidade e autoeficácia.   |
| 2. Compreender as mudanças ocorridas na vida dos adolescentes que buscam condições financeiras para sua subsistência em programas de aprendizagem e quais as contribuições da experiência para sua vida e de sua família.                    |
| 3. Descrever o processo de orientação profissional nos grupos de desligamento realizados pela equipe de psicologia com os jovens que estão em finalização de contrato do programa Adolescente Aprendiz em uma ONG da cidade de Porto Alegre. |
| 4. Analisar o programa Jovem Aprendiz como fomentador ao desenvolvimento profissional de jovens.   |
| 5. Analisar as contribuições e impactos do Programa de Aprendizagem, no desenvolvimento social dos jovens, no município de Cruz Alta - RS. Nessa   |

<p>direção, a investigação, procurou compreender a realidade, assim como a percepção dos jovens, em contrato de aprendizagem, vinculados a uma Instituição de Ensino Superior Comunitária, situada no Noroeste do Rio Grande do Sul.</p>
<p>6. Discutir o que os adolescentes aprendizes esperam do futuro.</p>
<p>7. Investigar como jovens aprendizes avaliam a inserção profissional através do primeiro emprego e que mudanças identificam em suas vidas a partir dessa experiência.</p>
<p>8. Verificar a percepção dos jovens aprendizes acerca do trabalho e de seu ambiente de trabalho.</p>
<p>9. Investigar e compreender os sentidos do trabalho para jovens em sua primeira experiência profissional.</p>
<p>10. Avaliar a influência do programa aprendiz na construção do perfil profissional dos jovens.</p>
<p>11. Compreender como se constroem as trajetórias de egressos do programa Jovem Aprendiz.</p>
<p>12. Discutir a realidade do jovem aprendiz para além do trabalho formal, demonstrando uma multiplicidade de experiências e vivências que envolvem o seu cotidiano.</p>
<p>13. Compreender a contradição inerente à condição do estudante-trabalhador – mais especificamente, o jovem trabalhador em regime de contrato especial com base na Lei 10.097/2000, conhecida como a Lei da Aprendizagem.</p>
<p>14. Analisar os efeitos do programa de educação não formal Jovem Aprendiz, desenvolvido na Costa do Sol do Estado do Rio de Janeiro, a partir da perspectiva dos jovens egressos e dos educadores.</p>
<p>15. Responder à questão: Quem são os jovens participantes do Programa Jovem Aprendiz e as suas redes de sociabilidades?</p>

Os resultados dos trabalhos estão apresentados com algumas ressalvas, na tentativa de realizar uma análise criteriosa dentro da proposta apresentada nesta pesquisa, reforçando que sua premissa é verificar como está sendo avaliado o Programa Jovem Aprendiz em vários

contextos. A análise teve como critério observar os resultados publicados pelos autores das pesquisas.

No trabalho de Villar e Mourão (2018), é avaliada a eficácia do programa e os resultados apontam que o programa favorece o desenvolvimento profissional, a empregabilidade e a autoeficácia.

Na pesquisa de Rodrigues (2020), foi observado que os educandos da Escola de Circo Dom Fernando (ECDF), da PUC Goiás, são oriundos de famílias da classe trabalhadora, que em sua maioria são levados a se inserir no trabalho por questões socioeconômicas. O artigo conclui que os jovens se inserem no mercado de trabalho sobretudo para criar independência financeira e desenvolver condições de subsistência.

Já no trabalho de Pereira, Chaves e Galvão (2013), pode-se observar a importância dos cursos de orientação profissional ministrados dentro do programa como forma de instrumentalizar os jovens na escolha do caminho que seguirão em sua carreira profissional.

Para Castro (2019), foi evidenciado que o programa pode trazer inúmeros benefícios aos jovens, como o acesso a uma boa condição de trabalho sem prejuízo de seu desenvolvimento escolar, o que seria uma avaliação positiva, já que há uma preocupação com o desenvolvimento da aprendizagem do jovem.

No trabalho de Jantsch (2020), o foco foi o jovem em vulnerabilidade social, e os resultados levantados permitiram apreciar que, de forma geral, o Programa pode ser considerado um instrumento válido na promoção do acesso às oportunidades de ascensão pelos jovens neste grupo social, ampliando sua perspectiva quanto ao papel que representam na sociedade e aumentando suas possibilidades de crescimento acadêmico e profissional.

Para Macêdo, Alberto e Araújo (2012) os adolescentes deixam claro que almejam profissões de nível superior e mesmo de nível médio, e que o Programa pode ajudá-los a realizar essas expectativas através da experiência e disciplinamento.

Segundo Frozzi e Bardagi (2013), o programa apresenta pontos positivos como o aumento da maturidade e da organização pessoal, maior reconhecimento social (no trabalho e na família), aquisição de conhecimentos e orientação interna sobre a escolha profissional. Os principais aspectos negativos foram a falta de tempo, a negligência com a própria saúde e a dificuldade com a troca constante de turmas e de educadores nos cursos de aprendizagem.

No estudo de Souza et al (2016) sobre a visão do jovem em relação à profissão, concluiu-se que os entrevistados possuem uma percepção de trabalho complexa, muito ligada ao recebimento de salário. Todavia, é evidente que o trabalho traz contribuições positivas aos

adolescentes, tais como maturidade, crescimento profissional, realização pessoal, independência financeira, entre outros.

O resultado do estudo de Borges (2010) é apresentado em forma de uma síntese da pergunta levantada: qual é o sentido do trabalho para o jovem? É ressaltado que no sentido entre “perdas” e “ganhos”, prevalecendo os ganhos, foi verificado que, apesar de fortemente atravessados pelas significações do trabalho produzido em um contexto capitalista, esses jovens trabalhadores iniciando uma atividade laboral trazem desejos de ser alguém, de ser feliz a partir do seu trabalho.

Freires (2013) analisa a eficácia do programa de aprendizagem. Os resultados mostraram que os jovens avaliam de boa a ótima a eficácia do programa de aprendizagem em seus desenvolvimentos profissionais, afirmando assim a importância que ele desempenha na sociedade e na vida desses aprendizes, proporcionando uma mudança de vida e uma melhor preparação para os desafios do mercado de trabalho.

O trabalho de Rosa (2015) ressalta a participação ativa dos participantes através da fala, imagens e produção de texto realizada com os participantes. O trabalho conclui que os sentidos expressos por meio das falas, imagens, e da produção textual reafirmam que o trabalho permanece como central para os jovens.

Moura (2018) conclui que o trabalho é importante para o aprendiz, pois proporciona o consumo de aparelhos celulares e outras mercadorias valorizadas pelo jovem, que se sente mais respeitado pela família e mais independente, acreditando que a aprendizagem trará possibilidades de chances futuras no mercado.

Conceição (2021) conclui que a Lei da aprendizagem cumpre com seus propósitos, seja com relação à possibilidade de oferecer aos jovens uma experiência profissional, incentivar a escolarização, gerar renda e garantir condições de trabalho adequadas, e, ainda, antecipando a maturidade, incluindo-os na sociedade de consumo e formando-os para o novo cenário do mundo do trabalho.

Para Almeida (2013), a educação não-formal do aprendiz acontece nos cursos de capacitação, onde ocorre dentro do processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania.

Mariani (2010) procurou responder quem são os jovens participantes do Programa Jovem Aprendiz e as suas redes de sociabilidades. Os resultados encontrados permitem considerar que o perfil é de jovens na faixa etária de 16 a 17 anos, a maioria do sexo masculino, pardos, solteiros, sem filhos, que cursavam o Ensino Médio e pertenciam a classes populares.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os trabalhos analisados contribuíram para aumentar o conhecimento sobre o Programa Jovem Aprendiz, a lei da aprendizagem, a avaliação do jovem a respeito da importância do primeiro emprego, entre outros aspectos dessa política pública.

Nossa revisão bibliográfica nos sugere que o fortalecimento das políticas públicas regionais voltadas para a geração do primeiro emprego é importante estratégia para inclusão do jovem no mercado de trabalho, e também a divulgação do PJA e a ampliação das parcerias com as empresas, incentivando a contratação do jovem aprendiz.

Deixamos como sugestão de trabalho uma pesquisa que avalie se as funções/atividades oferecidas pelas empresas aproveitam o potencial dos aprendizes no campo da tecnologia e preparam estes jovens para a disputa de vagas que exigem maior qualificação no mercado de trabalho.

## **REFERÊNCIAS**

AGÊNCIA BRASIL. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-10/agencia-brasil-explica-como-funciona-o-programa-jovem-aprendiz>. Acesso em: 08 de jun. 2022.

ÁVILA, S. J. Z. **O mundo do trabalho e educação**. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes\\_pde/artigo\\_estanisla\\_lacowicz\\_filho.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_estanisla_lacowicz_filho.pdf). Acesso em: 14 de nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110097.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm). Acesso em: 20 de fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm). Acesso em: 20 de fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 20 de fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 20 de fev. 2023.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal**. Brasília: PCT INCRA/IICA, 1999. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/12429/BVE20108043p.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 de fev. 2023.

BORGES, R. C. P. **Jovem-aprendiz: os sentidos do trabalho expressos na primeira experiência profissional**, 2010. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC\\_66294db1a3f7485500e150ee09e15ae7/Description](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_66294db1a3f7485500e150ee09e15ae7/Description). Acesso em: 20 de fev. 2023

CADINANOS, L. G. **Desemprego entre jovens de 1991 a 2014: uma investigação com base nos dados do Brasil e OCDE 2019**. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/205645>. Acesso em: 06 de jun. 2022.

CASTRO, S. P. A. C. **O programa jovem aprendiz e o desenvolvimento de jovens brasileiros, 2019**. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/26643>. Acesso em: 20 de fev. 2023.

CERQUEIRA, D. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 14 de nov. 2022.

CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola. Disponível em: <https://portal.ciee.org.br/para-empresas/estagio/>. Acesso em: 14 de nov. 2022.

CORSEUIL, C. H. L.; POLOPONSKY, K.; FRANCA, M. A. P. **Uma interpretação para a forte aceleração da taxa de desemprego entre os jovens**. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/browse?type=author&value=Franca%2C+Ma%2C%ADra+Albuquerque+Penna>. Acesso em: 06 de jun. 2022.

FREIRES, H. O. **O impacto do programa de aprendizagem na construção do perfil profissional do jovem aprendiz – estudo de caso CIEE, 2013**. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/29608/1/2013\\_tcc\\_hofreires.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/29608/1/2013_tcc_hofreires.pdf)

FROZZI, D.; BARDAGI, M, P.; SOUZA, H. **Percepção de adolescentes aprendizes sobre a experiência do primeiro emprego, 2013**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/C6Lv9Qv33m8mnCQbTkPrYFt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 de fev. 2023

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 08 de jun. 2022.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em: 20 de fev. 2023.



INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes-PISA**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/images/03.12.2019\\_Pisa-apresentacao-coletiva.pdf](http://portal.mec.gov.br/images/03.12.2019_Pisa-apresentacao-coletiva.pdf). Acesso em: 20 de fev. 2023.

JANTSCH, V. G. C. **Programa jovem aprendiz: uma análise da inserção social no mercado de trabalho, a partir da atuação em uma instituição de ensino superior, 2020**. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/wp-content/uploads/2020/08/Disserta%C3%A7%C3%A3o-final-Val%C3%A9ria-Gomes-Carvalho-Jantsch.pdf>. Acesso em: 20 de fev. 2023.

JURASZEK, L.; GUMBOWSKY, A. **Jovem Aprendiz no Cenário das Políticas Públicas de Emprego**. Revista Desenvolvimento Em Questão, 18(53), 369–385. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/105633>. Acesso em: 21 de fev. 2023.

MACÊDO, O. J. V.; ALBERTO, M. F. P.; ARAÚJO, A. J. S. **Formação profissional e futuro: expectativas dos adolescentes aprendizes, 2012**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/DB8hwt4k7dzXCWtyqP3NYvK/?lang=pt>. Acesso em: 20 de fev. 2023

MEC - Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20746-organizacao-para-a-cooperacao-e-desenvolvimento-economico-ocde>. Acesso em: 20 de fev. 2023.

MOREIRA, A. R. B.; CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M. **Fluxos no mercado de trabalho e dinâmica do desemprego em diferentes horizontes temporais**. Disponível em: [https://www.econstor.eu/bitstream/10419/177561/1/td\\_2345.pdf](https://www.econstor.eu/bitstream/10419/177561/1/td_2345.pdf). Acesso em: 06 de jun. 2022.

PEREIRA, A. S.; CHAVES. M. H. W.; GALVÃO. C. **Orientação profissional no programa adolescente aprendiz em uma ONG de Porto Alegre, 2013**. Revista de Psicologia da IMED. Dez. 2013, v. 5, n. 2, p. 133-136. Disponível em: [https://www.academia.edu/26546212/Orienta%C3%A7%C3%A3o\\_Profissional\\_no\\_Programa\\_a\\_Adolescente\\_Aprendiz\\_em\\_uma\\_ONG\\_de\\_Porto\\_Alegre\\_Vocational\\_Guidance\\_in\\_Adoles](https://www.academia.edu/26546212/Orienta%C3%A7%C3%A3o_Profissional_no_Programa_a_Adolescente_Aprendiz_em_uma_ONG_de_Porto_Alegre_Vocational_Guidance_in_Adoles). Acesso em: 20 de fev. 2023.

RODRIGUES, A. L. M. **Inserção de adolescentes/jovens da escola de circo Dom Fernando da PUC Goiás em programas de aprendizagem e a garantia de direitos de crianças e adolescentes, 2020**. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/934>. Acesso em: 20 de fev. 2023.

SOBRAL, B. L. S. **O cenário do desemprego no Brasil e relatos sobre causas e consequências adicionais em tempos de pandemia, 2021**. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20892/1/BLSS24082021.pdf>. Acesso em: 25 de maio 2022.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**. v.20, n.43, p.64-83/2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336/1441>. Acesso em: 21 de fev. 2023.

SOUZA, et al. **A percepção dos jovens aprendizes sobre o trabalho que exercem, 2016**. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos17/12425153.pdf>. Acesso em: 20 de fev.2023

VILLAR, M. C. O.; MOURÃO, L. **Avaliação do programa jovem aprendiz a partir de um estudo quase-experimental**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tpsy/a/rPjRTBBXYK3Q9jhnNLNYvqx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 de fev.2023.

**Recebido em: 14/03/2023**

**Aprovado em: 16/05/2023**